

## 4. Legenda fechada é tradução?

Conforme mencionamos na introdução e no fim do capítulo anterior, uma de nossas propostas aqui é discutir uma questão interessante que surgiu em uma conversa informal no Centro de Produção de Legendas: a possibilidade de a LFSE ser considerada um tipo de tradução. Fazemos isso por causa, essencialmente, de quatro questões. A primeira diz respeito à necessidade de se estabelecer a pertença dos estudos sobre a legenda fechada para surdos e ensurdecidos a uma determinada área da academia. Inspirados em Lefevere (Lefevere & Bassnett, 1990), podemos dizer que a patronagem exercida pela academia é essencial para o estabelecimento verdadeiro de uma área de conhecimento. E, se um dos nossos objetivos é incentivar o crescimento desse campo também dentro da universidade, é necessário localizá-lo.

Além disso, uma proposta de definição da natureza do LFSE também pode ajudar a resolver a velha questão da divisão entre teoria e prática. Hoje, apesar de a área de Estudos da Tradução já estar abarcando a acessibilidade em suas pesquisas e fóruns acadêmicos, muitos profissionais ainda veem a atividade como transcrição. Um bom exemplo é Augusto Costa Neto, um profissional do campo no principal núcleo de produção de LFSE do Brasil, o CPL, que não questiona a visão da legenda fechada para surdos como transcrição. Na verdade, em seu trabalho (Costa Neto, 2009), essa questão nem é abordada, mas tomada como algo dado dentro do conceito de LFSE. Acredito ser necessário desenvolver uma argumentação que chegue aos profissionais, já que é, no mínimo, estranho que a academia e alguns deles tenham opiniões tão díspares sobre um mesmo assunto.

Já a terceira questão tem a ver com o profissional que realiza a produção da LFSE. Hoje, ele não tem uma formação específica e precisa apenas ter bons conhecimentos de português, mas é exigido dele muito mais que uma transcrição do conteúdo do áudio, especialmente uma capacidade de resumo das legendas, que, se mal feito, pode mudar o sentido de uma legenda. Acredito que a melhora na qualidade das legendas passe também por uma valorização do profissional que as produz e por um investimento em sua formação – dois fatores que, essencialmente, dependem de uma melhor compreensão e maior estabelecimento da área.

Além disso, acredito que essa discussão possa vir a contribuir para o

debate ainda presente nos Estudos da Tradução sobre uma definição maior do termo tradução. É como questiona Frota: “[É] preciso ressaltar o grande desafio que a mídia e as várias formas de reescrita que ela envolve trazem para a própria noção de tradução - será mesmo tradução a operação que transforma as falas dos personagens de um filme na linguagem escrita das legendas?” (Frota, 2007 p. 164). É o que vamos discutir a seguir.

#### 4.1. Conceitos de tradução

O conceito de tradução é extremamente difícil de ser formulado de maneira absoluta. O próprio *Dictionary of Translation Studies*, obra de referência da área de Estudos da Tradução define a tradução como

*[u]ma noção incrivelmente ampla que pode ser entendida de várias maneiras diferentes. Por exemplo, pode-se falar de tradução como um processo ou um produto e identificar subtipos como a tradução literária, a tradução técnica, a legendagem e a tradução mecânica. Além disso, apesar de se referir normalmente apenas à transferência de textos escritos, o termo às vezes também inclui a interpretação. (...) A tradução é frequentemente caracterizada de maneira metafórica e tem – entre muitas outras coisas – sido comparada a um jogo ou à construção de um mapa. No entanto, cada uma dessas analogias só tem como objetivo *capturar uma face em particular da tradução*<sup>14</sup>. (Shuttleworth & Cowie, 1997, p. 181)*

Exatamente por essa dificuldade em se definir a tradução de uma forma mais fechada, diferentes propostas já foram feitas. A ideia de tradução mais presente no senso comum é que ela é uma reprodução fiel dos significados da língua original em que o texto foi escrito.<sup>15</sup> Ou seja, para a sociedade em geral, “o bom tradutor, fiel, é aquele que se mantém neutro, que não interfere na ‘mensagem’ e na intenção ‘originais’, vistas como transparentes e transportáveis” (Frota, 2000, p.26). Essa ideia parte de uma visão universalista da linguagem, defendida por praticamente todos os estudiosos da língua até meados do século XX. Para os adeptos desta visão, a língua é apenas uma nomenclatura, uma lista de nomes que representa os significados que já estão na natureza – seja no mundo físico, seja na mente humana. De acordo com essa concepção, o homem não tem controle algum sobre os significados da língua. O mundo se impõe a

<sup>14</sup> Grifos meus.

<sup>15</sup> Apesar dessa noção de tradução como reprodução fiel de significados ser hoje praticamente desconsiderada pelos estudiosos da área, acredito ser necessário incluí-la aqui justamente porque, conforme foi mencionado, um dos objetivos desse trabalho é promover maior interação entre teoria e prática. Como esta dissertação tem como alvo não só acadêmicos, mas também profissionais que não necessariamente se livraram dessa perspectiva de tradução nem têm contato com as teorias sobre tradução mais recentes, me pareceu importante explicitar também a teoria essencialista aqui, além de outras, mais aceitas entre a comunidade dos estudiosos da tradução.

ele, fornecendo significados estáveis, absolutos e universais. Segundo Leibniz, um dos pensadores dessa linha, todo homem nasce com um “abecedário de ideias”, “um grupo de ideias inatas que são ativadas e desenvolvidas pela experiência, mas que é latente em nossas mentes desde o começo” (Wierzbicka, 1992, p.8). Desse modo, ele apenas aprende a “lista” de rótulos dados às “ideias latentes”, e a reproduz.

Nesse sentido, a escrita de textos é a reunião destes significados, uma simples codificação. Do mesmo modo, a leitura é uma simples decodificação – todos os homens terão a mesma interpretação do texto, porque os significados são absolutamente os mesmos para todos, em qualquer época e lugar. Já a tradução é vista pelos adeptos dessa corrente como uma atividade extremamente fácil e fechada porque, já que os significados são os mesmos, para se traduzir de uma língua A para uma língua B, basta substituir os nomes da língua A pelos nomes da língua B. Os universalistas relegam, então, ao tradutor “o papel de mero decodificador e reproduzidor” de sentidos (Frota, 2000, p. 29). Ele está ali apenas para realizar a tradução absolutamente fiel de um texto, que deve – e pode – reproduzir exatamente os mesmos significados de uma língua em outra.

No entanto, desde o início da década de 1950, a visão da linguagem foi sendo desnaturalizada para os estudiosos desse fenômeno. O advento do relativismo linguístico de Ferdinand de Saussure foi um dos fatores que levaram à hipótese de que é a língua que constitui a sociedade e o pensamento, e não o contrário.

Apesar de afirmar que a língua é um fato social, é preciso salientar a noção de sociedade usada por Saussure. Dentro de sua perspectiva, a sociedade é uma massa homogênea e a “língua forma um todo com a vida da massa social. Esta, sendo naturalmente inerte, aparece como um fator de conservação” (1970 [1916], p.88). Além disso, Saussure afirma que não é possível estudar a língua considerando todas as transformações e forças às quais ela pode ser submetida. Para ele, “o único objeto real da Linguística é a vida normal e regular de um idioma já constituído” (1970 [1916], p.86). Por isso, ele foca sua atenção no que chama de uma linguística da *langue*, ou seja, da língua como um sistema abstrato. Pode-se ver que ele supõe que a língua não é um sistema estático, mas, para poder estudá-la, ele exclui essas transformações, relegando-as a uma linguística que ele chama da *parole*, do uso

– que seria impossível de estudar cientificamente, devido às suas frequentes transformações e à série de agentes que têm força sobre ela. Desse modo, ele toma a língua e os signos como algo cristalizado, assim como a sociedade a ela vinculada. Os indivíduos são assujeitados ao sistema, destinados a repetir significados fixos, que a coletividade construiu. Assim, dentro de um mesmo sistema e durante um mesmo estado de língua, pode-se dizer que a escrita e a leitura são também apenas codificações e decodificações de significados já existentes.

No entanto, como fica a tradução se os significados dentro de um sistema são fixos, dados, mas, por outro lado, cada “sistema linguístico contém uma análise do mundo exterior, que lhe é peculiar e que difere da de outras línguas” (Mounin, 1975, p.50)? Podemos dizer que “a teoria saussuriana e o estruturalismo de uma maneira geral [...] constituíram uma base teórica para a visão da tradução como uma atividade muitas vezes impossível e, portanto, ilegítima” (Frota, 2000, p.35). Já que não há mais uma correlação total de significados entre signos de diferentes línguas e os significantes e significados de cada língua são dados previamente,

caberia ao tradutor, supostamente conhecedor dos sistemas linguístico-culturais envolvidos em seu trabalho, traduzir o significado estrangeiro valendo-se de um arranjo permitido por sua língua. Esse ‘arranjo’, com frequência, exige operações complexas, por vezes, como visto, chegando a ser impossível. (Ibid., p. 51)

Como então fugir a essa “impossibilidade da tradução” que acabou resultando da perspectiva saussuriana e de outras correntes anteriores a ele? Vários foram os desdobramentos teóricos que trouxeram soluções para ela. Um exemplo é a abordagem criada por um importante formalista russo e um dos fundadores do Círculo Linguístico de Moscou – grupo cujas ideias, conforme já mencionado, inspiraram Even-Zohar e os teóricos do DTS: Roman Jakobson (1995). O teórico criticou veementemente a noção de indissolubilidade do signo linguístico proposta por Saussure e negou que significado e significante fossem, repetindo a imagem criada pelo estudioso suíço no Curso de Linguística Geral (1970 [1916]), dois lados de uma folha de papel. Para ele, durante o processo de comunicação, o destinatário da mensagem a decodifica. Ou seja, os significados não são estáveis dentro de uma mesma sociedade, mas cada pessoa, em cada situação, os entende de acordo não só a partir das ideias presentes dentro daquele sistema, mas também a partir de sua individualidade.

[A]o traduzir de uma língua para a outra, substituem-se mensagens em uma das

línguas, não por unidades de código separadas, mas por mensagens inteiras de outra língua. Tal tradução é uma forma de discurso indireto: o tradutor recodifica e transmite uma mensagem recebida de outra fonte. Assim, a tradução envolve duas mensagens em dois códigos diferentes. (Jakobson, 1995, p. 65)

Jakobson propôs que existem três tipos de tradução: a *intra*lingual ou reformulação, que consiste na interpretação dos signos verbais por meio dos outros signos da mesma língua; a *inter*lingual ou tradução propriamente dita, que é a interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua, e a *intersemiótica* ou transmutação, ou a interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais (1995, p. 64-65). Assim, o problema não é dizer se uma tradução é possível ou não, mas buscar estabelecer a “equivalência na diferença” (Ibid., p. 65). Segundo ele,

[c]omo todo receptor de mensagens verbais, o linguista se comporta como intérprete dessas mensagens. Nenhum espécime linguístico pode ser interpretado pela ciência da linguagem sem uma tradução dos seus signos em outros signos pertencentes ao mesmo sistema. (Ibid., p. 66)

Essa noção do leitor como intérprete também foi usada pela teoria pós-estruturalista. Criada nos anos 70, ela partiu do relativismo e do estruturalismo saussuriano, mas elaborou algumas de suas noções de maneira bastante diferente e crítica em relação ao movimento anterior.

A teoria pós-estruturalista manteve a desnaturalização da língua trazida pelo relativismo e reforçou as ideias de que a língua é um fato social e de que os signos são produtos da língua. Além disso, os pós-estruturalistas salientaram a importância da noção de língua como sistema e retomaram uma ideia proposta por Saussure, mas depois de certo modo deixada de lado pelo linguista: a do *valor* dos signos. Saussure afirmou que dentro de cada sistema os significados e significantes não têm um valor ou uma identidade própria, e, sim, um valor dado na relação com outros elementos do sistema. “Sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (1970 [1916], p.136), disse ele. No entanto, ao retirar a influência das forças sócio-culturais e político-históricas da língua para estudá-la cientificamente, de forma abstrata e “cristalizada”, ele acabou abandonando essa ideia, já que passava a ver os significados como fixos, com um determinado valor. “Dizer que na língua tudo é negativo”, diz Saussure, “só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideremos o signo tomado em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua ordem” (1970 [1916], p.139). O pós-

estruturalismo trouxe de volta essa noção de valor, reafirmando as ideias de negatividade e diferença, ou seja, de que os signos só têm valor pela relação com seus pares.

Com isso, os pós-estruturalistas rebateram a ideia de que os signos têm valor igual para todos os membros de uma sociedade e a de que o significado é colado ao significante como uma folha de papel, para citar a imagem usada por Saussure. Para esses teóricos “a obviedade do significado dos enunciados não se dá em função do valor que suas palavras têm em um sistema linguístico independente de contexto” (Fish, 1980, p.309), mas pode-se dizer que é o contrário: o significado de um enunciado se dá não só pela relação com seu significante, mas também a partir do contexto em que ele é emitido, de quem o emite e de quem o escuta. Tornaram-se possíveis diversas interpretações e leituras diferentes dos mesmos significantes. “O texto, como o signo, deixa de ser a representação ‘fiel’ de um objeto estável que possa existir fora do labirinto infinito da linguagem e passa a ser uma máquina de significados em potencial” (Arrojo, 2005 [1986], p.23).

Ao reforçar a ideia de que os significados estão submetidos a diversas forças que agem dentro da língua, podemos dizer que os pós-estruturalistas rejeitaram as duas propostas de participação do sujeito apresentadas na linguística saussuriana. Conforme afirma Frota (2000, p. 61-62), o sujeito não é o poderoso sujeito da *parole*, que tem controle absoluto sobre o que diz, nem o sujeito da *langue*, completamente assujeitado ao sistema, ou seja, como mero reflexo de um sistema substancializado que o transcende e que não é em nada afetado por ele. Ele seria, sim, assujeitado, mas a forças histórico-políticas e sócio-culturais, que agem para formar os significados de acordo com o contexto em que os significados são emitidos. Como afirma Stanley Fish, ninguém “está preso ao significado que as palavras têm em um sistema linguístico normativo, nem é livre para dar a um enunciado o significado que quiser” (1980, p.310).

Conseqüentemente, os pós-estruturalistas rejeitam a ideia de que a tradução é impossível, exatamente porque partem do princípio de que existem várias leituras de um mesmo texto. “Nossa tradução de qualquer texto [...] será fiel não ao texto ‘original’, mas àquilo que consideramos *ser* o texto o texto original” (Arrojo, 2005 [1986], p. 44). Assim, salientam que não existe tradução absolutamente fiel, mas transformações. É como afirma Arrojo: “traduzir, mais do que transferir, é transformar: ‘transformar uma língua em outra, e um texto em

outro” (2005 [1986], p. 80).

Uma outra maneira de se entender e estudar a tradução foi proposta na década de 1970 pelos teóricos do modelo polissistêmico e dos Estudos Descritivos da Tradução.

Motivados [...] por um espírito de reação não só ao predomínio da linguística e às suas supostas limitações com respeito à análise de textos literários, mas também às abordagens tipicamente prescritivas que predominavam desde os primórdios das reflexões sobre tradução, esses estudiosos se propuseram a oferecer alternativas que lhes pareciam plausíveis. Em termos teóricos, houve um deslocamento do foco das pesquisas, que deixam de se voltar para hipotéticas traduções ideais fundadas em juízos de valor e se concentram em questões analíticas daqueles textos que, mesmo “imperfeitos” segundo alguns parâmetros de avaliação supostamente “universais”, funcionam como traduções numa determinada sociedade. (Martins, 2002, p. 34)

Como salientado por Martins e explicado no capítulo 2, esse foco maior no polo receptor e não no texto original é uma das principais características dos DTS, abordagem para a qual, usando a citação de Hermans, “uma tradução (literária) é tudo que for considerado como tradução (literária) por uma certa comunidade cultural durante um certo tempo” (1985, p. 12). Toury também afirma que “uma tradução é um fato de qualquer sistema-alvo em que ela for considerada um fato” (1995, p. 29). Ou seja, como já afirmamos, para os DTS, um texto é considerado tradução por ter circulado como tal na cultura-alvo por, pelo menos, um dado período, constituindo, assim, um objeto de pesquisa legítimo dos estudiosos da área.

Na tentativa de explicitar e restringir esse conceito, Toury criou a noção de “tradução presumida”. Enfatizando mais uma vez o sistema-alvo e o caráter funcional da tradução, através dessa noção o autor afirma que pode ser considerado uma tradução todo texto que, presumidamente, obedeça a três postulados: o do *texto-fonte*, o da *transferência* e o da *relação*. Assim, é preciso que a cultura-alvo tenha motivos para supor que “existe outro texto, em outra cultura/língua, que tem prioridade cronológica e lógica sobre [a suposta tradução]” (Toury, 1995, p. 34); que, durante o suposto processo de tradução, algumas características do texto-fonte tenham sido transferidas e que a possível tradução tenha relações concretas que a liguem ao suposto original. Todo texto que a cultura-alvo presume que obedece aos três postulados é considerado uma tradução pelas pessoas que fazem parte daquele sistema.

Outro teórico do *Manipulation Group*, o também já mencionado André Lefevere, acrescentou a essa ideia um componente político. Ele define a

tradução um tipo de reescrita, isto é, como o resultado de uma articulação do sistema literário com outras práticas institucionalizadas e outras formações discursivas, como a religiosa e a científica (Martins, 2002, p. 41). Assim, como já afirmamos na seção 2.3.2, o autor afirma que toda a tradução é uma “reescrita” e reflete uma ideologia, ou seja, manipula a literatura de modo que ela funcione de um certo modo em uma determinada sociedade.

Algo que precisa ser salientado aqui é fato de todas essas teorias terem sido elaboradas visando às traduções literárias. E de, apesar de terem criado definições que abarcam diversos tipos de tradução, nem todos esses autores consideram a tradução audiovisual um tipo de tradução. Portanto, torna-se também necessário explicitar algumas das teorias criadas para abarcar essa modalidade. É o que faremos a seguir.

#### 4.2. Conceitos de tradução aplicados à tradução audiovisual<sup>16</sup>

Se o conceito de tradução como um todo já é difícil de ser definido, o de tradução audiovisual traz ainda mais dificuldades. Devido às suas diversas características extremamente específicas e às exigências técnicas para sua realização, ela às vezes é considerada mais uma adaptação que uma tradução em si. Por exemplo, o *Dictionary of Translation Studies* coloca a legendagem entre as formas de tradução, mas de forma aberta, afirmando que a legendagem é “um termo usado para se referir a um dos métodos de *transferência linguística* usado na *tradução*<sup>17</sup> de tipos de comunicação audiovisual de massa como filmes e televisão”(Shuttleworth & Cowie, 1997, p.163).

Díaz Cintas e Remael afirmam que um dos grandes problemas da tradução audiovisual é que “[p]rogramas audiovisuais utilizam dois códigos, imagem e som” (2007b, p. 9). Com isso, essa atividade acabou ficando sujeita a uma série de restrições, como a necessidade de sincronia do sentido com as imagens e o ritmo das falas, o que a levou a ser vista como um tipo de adaptação. Para os autores, essa é uma das razões pelas quais a tradução audiovisual “foi tradicionalmente ignorada pelos estudiosos da tradução até muito recentemente” (Ibid.).

No entanto, especialmente a partir das três noções de tradução cunhadas

<sup>16</sup> Apesar do uso do termo “tradução audiovisual” ainda não ser consenso, ele é aqui utilizado por uma preferência pessoal e com base na discussão realizada por Carvalho (2005, p.23-25).

<sup>17</sup> Grifo meu.

por Jakobson, muitos autores começaram a expandir seus conceitos, de modo a incluir a tradução audiovisual. Para eles, era uma mudança necessária, já que, “[t]odos esse modos de tradução apagaram os limites tradicionais entre a tradução e a interpretação e entre os códigos oral e escrito” (Gambier, 2003, p. 178). Ou seja, com o advento dos meios audiovisuais, “[a] tradução deve ser entendida a partir de uma perspectiva mais flexível, heterogênea e menos estática, que engloba uma série vasta de realidades empíricas e acompanha a natureza sempre mutável da prática” (Díaz Cintas & Remael, 2007b, p. 11).

Com base nessa proposta, teóricos começaram a desenvolver conceitos levando em conta as características específicas da tradução audiovisual. O próprio Gambier, por exemplo, afirma que essa atividade é tradução

se a tradução não for vista como uma simples transferência palavra por palavra, mas que engloba uma série de estratégias que podem incluir o resumo, a paráfrase, etc., e se a tradução for vista holisticamente, levando em consideração o gênero, o estilo do diretor, as necessidades dos espectadores [...] e a multimodalidade da comunicação audiovisual. (Gambier, 2003, p.178)

A noção de texto é expandida na tradução audiovisual, passando a incluir outros sistemas semióticos também implicados na construção do significado. A inclusão das características mencionadas acima por Gambier, entre outras, faz com que “o esforço para compreender não [...] [esteja] mais focado em um único sistema de sinais, em uma única lógica” (Gambier & Gottlieb, 2001, xviii), no caso, no componente verbal. Com isso, o conceito de equivalência é entendido através de uma perspectiva muito mais flexível do que em outras esferas da tradução – algo que pode ser visto com bons olhos. Se pensarmos na perspectiva descritivista, que defende uma “equivalência” mais focada nos interesses e necessidade do público-alvo e não no “sentido” do texto original, a tradução audiovisual ganha ainda maior legitimidade.

Por exemplo, para Gottlieb, traduções como as realizadas nas quatro modalidades de legendagem mencionadas na subseção 2.3 não podem ser analisadas segundo os mesmos critérios que as traduções tradicionais porque são traduções “diagonais”, ou seja, exigem que o original em código oral seja adaptado em código escrito (1992 *apud* Carvalho, 2005, p. 7718). Por causa dessa característica, não se pode exigir uma *fidelidade* – no sentido mais essencialista da palavra – ao texto original simplesmente porque a própria

---

<sup>18</sup> GOTTLIEB, H. (1994) Subtitling:diagonal translation. In: **Perspectives: Studies in Translatology**, v. 2, p. 101-121.

mudança de código, sem contar restrições como espaço e tempo, já alterará de forma profunda o registro do texto, e a estrutura da frase, entre outras coisas.

Pode-se dizer que a inclusão da tradução audiovisual nos conceitos de tradução nos ajuda a afastar uma postura mais essencialista do senso comum, que acredita na tradução palavra por palavra e no transporte completo de significados estáveis. Podemos dizer, inclusive, que ela é um bom recurso para chamar a atenção do público para o processo tradutório, especialmente nas modalidades em que o original e a tradução ficam acessíveis ao espectador. No entanto, pode-se questionar também que essa visão essencialista usada pelos autores mencionados acima para justificar a inclusão da tradução audiovisual já foi abandonada pelos teóricos de ET e não serviria como contraponto nem justificativa. Afinal, entre “exigir uma fidelidade absoluta e permitir que um texto seja totalmente mutilado existe uma grande diferença”.<sup>19</sup> O grande questionamento seria: a aceitação de novos estilos de tradução, como a tradução audiovisual, pela área dos Estudos da Tradução não ampliaria demais o conceito? Qual o limite para essa ampliação? Será que, ao tentar incluir a tradução audiovisual e a tradução para LFSE, estamos flexibilizando demais um conceito e enfraquecendo o campos de estudo? É o que vamos discutir no subcapítulo a seguir.

#### **4.3. Conceitos de tradução aplicados à LFSE**

Conforme vimos no início da subseção anterior, até hoje não existe um consenso de que a tradução audiovisual deve ser abarcada dentro das modalidades de tradução. No caso da legenda fechada para surdos, além das características que já faziam com que os estudiosos se afastassem do campo de estudo da tradução audiovisual, soma-se um outro componente: o fato de, na maioria dos casos, a prática não exigir a transposição “de uma língua fonte para uma língua-alvo, uma das características tradicionalmente definidoras de qualquer atividade tradutória” (Díaz Cintas & Remael, 2007b, p. 12). Com isso, disseminou-se a visão da LFSE como uma transcrição do conteúdo oral de um material audiovisual. No entanto, como já vimos, ela tem características muito parecidas com as de outras modalidades de tradução audiovisual e vem sendo incluída por diversos estudiosos dentro do campo dos Estudos da Tradução.

---

<sup>19</sup> Comentário feito pela professora Maria Paula Frota durante a defesa desta dissertação.

Será, então, válido incluí-la definitivamente nessa área, apesar da opinião de alguns profissionais e do senso comum?

Partindo dos conceitos de tradução mais flexíveis defendidos pelas correntes mencionadas na subseção 4.1, alguns autores vêm defendendo essa inclusão. Por exemplo, Vera Lucia Santiago Araújo, uma das únicas autoras brasileiras a trabalhar com a LFSE, usa a proposta de Jakobson para defender a inclusão da legenda fechada nos tipos de tradução audiovisual. Para ela, a LFSE é uma tradução com características das modalidades intersemiótica e intralingual. Criticando as legendas atuais, onde ainda prevalece a legenda *on-line*, com menos edição e sem sinais sonoros, Araújo chega, inclusive, a dizer que a falta de qualidade das legendas atuais é influenciada pela visão da LFSE como transcrição:

Não deve ser do conhecimento dos profissionais da área de audiovisual que os estudos de tradução reconhecem a existência de três tipos de tradução: a interlinguística (texto de partida e chegada em línguas diferentes); a intralinguística (texto de partida e chegada na mesma língua); e a intersemiótica (texto de partida e chegada em meios semióticos diferentes, do visual para o verbal e vice-versa). [...] Até o governo parece compartilhar dessa visão, quando, ao aprovar a Lei da Acessibilidade (Norma Complementar 01/2006, portaria 310 de junho de 2006 que complementa o decreto 5296 de 2004), não reconhece o status de tradução nem da legendagem para surdos e nem da audiodescrição para cegos. (Araújo, 2008, s/p)

Já Gambier acompanha os descritivistas e conceitua a LFSE com base no seu público-alvo. Para ele, a legenda fechada para surdos é um dos tipos mais desafiadores de tradução audiovisual porque tem diversos tipos de público: os surdos e ensurdecidos e os ouvintes. Além disso, esses diversos públicos apresentam diferentes níveis de conhecimento da língua, já que os surdos podem ter níveis de desenvolvimento da linguagem variados e os ouvintes podem ser imigrantes aprendendo a língua ou simplesmente pessoas assistindo à televisão no saguão de um aeroporto. Além da LFSE, Gambier também inclui todos os outros recursos de acessibilidade na tradução audiovisual, chegando inclusive a afirmar que “a palavra-chave da tradução audiovisual agora é a acessibilidade” (2003, p.179).

Díaz Cintas também é adepto da ideia defendida por Gambier. Para ele, os diversos tipos de recursos de acessibilidade – que dão aos deficientes acesso aos meios de comunicação – podem ser comparados à tradução e à interpretação porque esses dois processos permitem, desde sempre, o acesso à produção cultural de vários grupos de línguas nativas diferentes. Segundo ele,

[a] acessibilidade é uma forma de tradução e a tradução é uma forma de

acessibilidade porque elas unem todos os grupos populacionais e garantem que os eventos culturais, no sentido mais amplo da palavra, possam ser aproveitados por todos. (Díaz Cintas et al., 2007a, p. 13-14)

Josélia Neves também acompanha essa noção de Gambier e de Díaz Cintas e reafirma o caráter da LFSE, dizendo que “o que é específico da legendagem aberta vai além da legendagem da transcrição das falas” (2007b, p. 132). Segundo ela, como nas outras modalidades de tradução audiovisual, é preciso analisar também sua característica intersemiótica, ou “o papel das informações não-verbais e paralinguísticas e os diferentes meios disponíveis para sua transmissão para o público surdo e ensurdecido” (Ibid., p. 133). Além disso, ela acrescenta um outro conceito à visão do primeiro autor. Para a estudiosa portuguesa, não é nem necessário discutir se os diversos recursos de acessibilidade – inclusive a legenda fechada para surdos – constituem-se em uma tradução porque

a *raison d'être* da tradução audiovisual é levar os textos multimodais aos receptores que não têm acesso à mensagem completa ou porque não sabem a língua do original ou porque, por algum razão em especial, não podem ter acesso a algum aspecto da linguagem, como o som ou a imagem. (Neves, 2007a, p.90)

O único autor consultado que não inclui a noção da LFSE no conceito de tradução foi, conforme já foi dito, Costa Neto (2009). Em seu trabalho, ele fala da “transcrição do áudio para legendas” em diversos momentos (p. 19, 22, 27, etc.). O interessante é que o autor trabalha em uma produtora de LFSE que produz a legenda *off-line* – que, como já mencionamos acima, implica não apenas a transcrição de tudo que é dito, mas uma edição do conteúdo falado no programa, aproximando-se mais da chamada legenda comum, considerada tradução pela maioria dos profissionais do meio audiovisual. No entanto, vale salientar que o trabalho de Costa Neto analisa a LFSE através de um viés da área de Comunicação. Talvez por não pertencer à área dos Estudos da Tradução, sua visão do conceito seja menos atrelada às teorias defendidas hoje pelos estudiosos que se inserem nesse campo disciplinar.

Como vimos, a maior parte dos autores que trabalha hoje com a LFSE a inclui entre as modalidades de tradução audiovisual. No entanto, ainda não existe um consenso sobre que tipo de tradução ela é. Alguns autores, usando os conceitos definidos por Jakobson, a consideram uma tradução intralingual. Outros afirmam que ela é intersemiótica ou ainda que ela possui características dos dois tipos de tradução. No entanto, conforme também já vimos no fim da

seção 3.2, a legenda fechada para surdos pode ser uma tradução interlingual, como é o caso das legendas produzidas para estrangeiros nos Estados Unidos e Canadá. Ou seja, a questão da inclusão da modalidade na área dos Estudos da Tradução não é simples. O problema não é simplesmente convencer os profissionais de que a LFSE é um tipo de tradução, porque mesmo dentro da academia não há um consenso sobre onde ela se encaixa exatamente. O debate ainda é longo e acredito que trabalhos como este o incentivem.

De qualquer forma, penso que os estudiosos que dão à LFSE o estatuto de tradução o fazem com razão. Se levarmos em conta todas as características explicitadas no capítulo 3, vemos que a legenda fechada para surdos e ensurdecidos contém muito mais características próximas da tradução do que da transcrição. Ela pode ser vista como uma tradução intersemiótica, se usarmos a proposta de Jakobson, ou diagonal, com base na teoria de Gottlieb – ou seja, durante o processo de produção, ocorre uma mudança do código oral para o código escrito. Além disso, ela obedece aos três postulados da tradução presumida de Toury: tem um texto-fonte; durante o processo de tradução, algumas características desse texto-fonte são transferidas para a tradução, e ela tem relações concretas que a liguem ao suposto original – podemos dizer que são relações mais do que concretas, já que a imagem está lá para validar o que está escrito na legenda. Por último, mas não menos importante, ela ainda obedece a normas e sofre a influência da patronagem, como afirmado por Toury e Lefevere. Ou seja, seu estatuto de tradução pode ser justificado a partir de diferentes abordagens desenvolvidas no campo dos Estudos da Tradução.

Proponho então, como sugere Bassnett, que pensemos “a tradução não tanto como uma categoria fechada, mas como uma série de práticas textuais nas quais o escritor e o leitor estão em conluio” (1998, p. 38). Ou seja, que entremos em “conluio” e criemos uma definição de tradução que inclua a LFSE como uma de suas formas. Proponho isto porque acredito que a produção da legenda fechada para surdos é muito mais do que uma transcrição e exige um conhecimento dos profissionais típico do requerido dos tradutores, como a capacidade de edição e o entendimento do público-alvo daquela tradução, entre outros. Também o faço porque penso que é necessário, politicamente, alinhar essa prática com a tradução para fortalecer o campo de pesquisa e a categoria de profissionais que se dedicam à LFSE.

Autores como Chesterman veem essa inclusão de outras áreas e

conceitos como algo inerente à área. Usando a noção defendida por Holmes (1988) de que os Estudos da Tradução seriam uma interdisciplina, ele afirma que “muitas (ou todas?) as teorias de tradução são aplicações de outros campos. Muitos de nossos conceitos atuais vêm de outro lugar (como os de equivalência, estratégia, norma, universal...) Será que isso importa?”. (Chesterman, 2003, s/p)

Acredito que Chesterman exagera um pouco ao indagar se esse tipo de questionamento importa. Afinal, limites são necessários até para evitar uma “fragmentação, superficialidade e má compreensão” (Ibid.) da disciplina. Sem contar que a própria discussão que estou desenvolvendo nesse capítulo da dissertação seria um contrassenso se isso realmente não importasse. No entanto, acho que ele está certo ao retomar Holmes e pensar nos ET como uma interdisciplina porque essa visão

pode ajudar a dar à disciplina um status mais respeitável como um novo campo de estudo que liga disciplinas mais tradicionais. Isso nos permite propor explicações mais ricas e fortalecidas para fenômenos tradutórios. (...) [Sem contar] que muitos problemas de pesquisa nos Estudos da Tradução são interdisciplinares. (Chesterman, 2003, s/p)

Além disso, ela possibilita a inclusão nos ET de tipos de atividades que já são vistos como tradução pelo público em geral, apesar de apresentarem especificidades, como a tradução para legendas abertas ou a tradução para a dublagem. Talvez a solução então seja exatamente essa: classificar as traduções, assim como hoje já se faz com “tradução audiovisual”, “tradução para dublagem” ou “tradução para legendas abertas”. Em todos esses casos o sintagma não pode ser separado caso o autor queira falar de traduções de produtos audiovisuais, traduções para serem usadas em dublagens ou em legendas abertas.

Não se trata aqui de tentar exercer de forma arbitrária um certo poder que a academia detém, mas, sim, de maneira de certa forma lógica, acompanhando outras teorias que já são aceitas dentro do nosso polissistema cultural. Nosso objetivo não é ampliar demasiadamente a ideia de tradução a ponto de incluir noções como as de adaptação ou paródia. Muito menos fazer os Estudos da Tradução perderem seu foco. Sem dúvida é complicado definir um limite para essa ampliação e esse foco. Mas acredito que a inclusão da legendagem fechada como uma modalidade de tradução audiovisual qualificada, assim como o são a tradução *para legendas abertas* ou tradução *para dublagem*, enriquecem o campo dos Estudos da Tradução e permitem que suas diversas questões

sejam cada vez mais levantadas, debatidas e analisadas, objetivo principal deste trabalho.